



PATRIMÓNIO AZULEJAR EM CENTROS HISTÓRICOS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A TRADIÇÃO LUSITÂNIA

Luís Mariz Ferreira; Universidade de Aveiro/GeoBioTec; Campus de Santiago, Aveiro; lmariz@ua.pt
Ana Luísa Velosa; Universidade de Aveiro/GeoBioTec; Campus de Santiago, Aveiro; avelosa@ua.pt
João Coroado; Instituto Politécnico de Tomar/GeoBioTec; Quinta do Contador, Estrada da Serra,
Tomar; jcoroado@ipt.pt
Joana Santos; Escola Superior de Arte e Design; Avenida Calouste Gulbenkian, Senhora da Hora,
Matosinhos; joanasantos@esad.pt

RESUMO

A cerâmica arquitetónica oitocentista, que reveste os edifícios civis do século XIX, insere-se numa das mais importantes, ricas e singulares tradições e produções portuguesas, transmissoras de um conjunto diversificado de valores (históricos, arquitetónicos, artísticos, sociais e técnico-industriais), que deverão ser salvaguardados, preservados e recuperados.

A metodologia de intervenção a adotar em cada caso deverá basear-se em critérios objetivos, que não se encontram preestabelecidos, e respeitar os princípios éticos e deontológicos. Se bem que um desses princípios seja o de não produzir falsos históricos, são apontadas diversas tipologias de intervenção que visam minimizar e dar resposta a um problema urbanístico que afeta um número elevado de centros históricos portugueses, que se prende com um conjunto diversificado de alterações arquitetónicas, como remoções e demolições, alterações de materiais e de desenho e inserção de novos elementos, que tem vindo a ser realizadas no património azulejar. Estas soluções destinam-se essencialmente a proporcionar ao decisor (proprietários e arquitetos) uma oportunidade de preservar os originais. Mas a metodologia poderá passar pela introdução de novos padrões quer em construções antigas quer novas, permitindo a permanência de uma tradição que não se mostra tão vigorosa como em épocas passadas, minimizar as intrusões arquitetónicas e, por último, a continuação da tradição cerâmica portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: azulejo, centros históricos, intrusões arquitetónicas, metodologias de intervenção

1. INTRODUÇÃO

A tradição portuguesa no uso de materiais cerâmicos aplicados à arquitetura tem uma história longa e é uma das mais ricas em termos mundiais. É na produção azulejar dos séculos XVII e XVIII, com peças de tapete e painéis historiados, e na produção seriada semi-industrial do século XIX, e de inícios do século seguinte, com a azulejaria de fachadas, que a tradição portuguesa está alicerçada e é mais interessante e característica.

A cerâmica arquitetónica em edifícios civis do século XIX é uma realidade ameaçada não só por fatores inerentes às condições ambientais e antrópicas a que está sujeita, como pela sua valorização crescente, que, entre outras consequências, pode levar a intervenções inapropriadas e ao roubo de peças. Contudo, o carácter plástico (estético) do vidro colorido simples, ou com elementos pintados, é uma inovação para a época e caracteriza muitos centros históricos portugueses. A preservação destas peças é vital para a manutenção de valores estéticos herdados, e ainda hoje



enraizados na sociedade portuguesa. Pelo exposto nas cartas de preservação do património histórico, é importante a sua preservação, mas é de igual relevância a responsabilidade de deixar expressa as marcas do tempo de cada intervenção, passada ou presente. Por esta leitura, da letra e do espírito da Carta de Veneza [1], é essencial que não se produzam falsos históricos mas, por contingências várias há igualmente a necessidade de amenizar intrusões que foram realizadas nas áreas centrais das cidades. A azulejaria contemporânea poderá dar uma resposta a um problema urbanístico atual, se lograr estabelecer um elo entre o passado e a contemporaneidade.

2. CARACTERÍSTICAS DA CERÂMICA DE FACHADA E VALORES PATRIMONIAIS

2.1 Características

O património edificado onde é corrente o recurso à cerâmica produzida e aplicada no decurso do século XIX, e no princípio do século XX, é fundamentalmente do tipo habitacional, ocorrendo em menor incidência na arquitetura religiosa, inversamente ao que sucedeu na produção de épocas anteriores, em que era mais usada no interior de espaços nobiliárquicos e eclesiásticos, como em jardins e claustros, por exemplo. O emprego nos interiores é igualmente vulgar nos imóveis residenciais, embora mais relacionado com aspetos funcionais, como revestimento de zonas húmidas das habitações (cozinhas e quartos de banho), e uma menor presença nas áreas mais nobres dos edifícios, como nos vestíbulos e em zonas de comunicação (corredores).

Os padrões, por seu turno, apresentam características técnico-formais específicas que permitem destringir diferentes grupos e épocas de produção: na primeira época de fabrico de azulejos de fachada (1850-1875) é característica a produção monocromática a azul com recurso à estampilha e apontamentos em pintura manual, e a temática mais frequente é a decoração vegetalista e fitomórfica; a segunda fase é mais diversificada em termos de temas empregues – continuação da temática vegetalista e o surgimento da temática geométrica – sendo que a técnica mais usual para a aplicação da decoração é a estampilha. Nesta fase começam a ser introduzidas as primeiras prensas, o que permite uma maior homogeneidade produtiva e um incremento significativo nas quantidades produzidas, com emprego de uma paleta cromática mais alargada, podendo, em padrões específicos, chegar a seis cores diferentes. Esta fase estende-se até à primeira década de 1900. A terceira fase é caracterizada pelo uso de azulejos em bisel de cor uniforme, de formato retangular, e por soluções de sabor *Art Nouveau* aparecendo principalmente em quadros, frisos e barras nas fachadas. A baliza temporal está fundamentalmente compreendida entre 1910 e 1930. A produção de peças relevadas, características da produção baixo duriense terá tido início em meados do século XIX e estendeu-se até ao fim do século. A resposta do centro produtor lisboeta a esta tipologia foi materializada pela produção de azulejos de meio-relevo, que foi mimetizada pelas fábricas nortenhas.

A inserção da azulejaria na arquitetura, mais expressiva no norte do país, ocorreu quer nos novos edifícios construídos (à época) quer nos imóveis mais antigos, alterando decisivamente o ritmo urbano. Como os demais acabamentos, a azulejaria, se bem que com durabilidade mais elevada [2], é sensível à passagem do tempo. Da ocupação continuada, quer passada quer presente, decorre a necessidade de compatibilizar o existente com o gosto dos utilizadores e com as suas necessidades, pelo que as alterações são o resultado da vivência do edifício. Esta evolução natural não é tida como relevante na maioria das construções, mas o mesmo não deve suceder com obras de valor patrimonial. Desde meados do século passado, os conjuntos habitacionais históricos têm vindo a ser valorizados, já não somente pelo seu papel de enquadramento aos monumentos, mas pelo seu valor intrínseco, enquanto tecido urbano identitário [3]. É consensual que a cidade histórica não pode ser musealizada globalmente, embora possa, em certas ocasiões, surgir essa tendência, principalmente



quando os valores patrimoniais são excepcionais e os dividendos o sustentam, quer por fatores intrínsecos quer por fatores extrínsecos, nomeadamente económicos, imobiliários ou turísticos.

2.2 Valores e intervenção

Nos panos em azulejo (originais ou ligeiramente alterados) é possível detetar um, ou mais, valores. A título de exemplo:

- a) Valor histórico enquanto reflexo da cultura do século XIX, da primeira fase da industrialização portuguesa e da massificação do consumo de produtos;
- b) Valor arquitetónico, por meio das relações tidas entre o edifício e o revestimento, entre revestimentos ao longo de um dado espaço próximo (quarteirão), ou por meio da individualização do imóvel;
- c) Valor artístico (plasticidade das peças seriadas produzidas individualmente) na relação entre peças e níveis de leitura consoante a distância de observação;
- d) Valor social (identidade e reflexo social através do revestimento) – gosto, cultura, identidade, no caso de cartelas identificativas, de época;
- e) Valor técnico (e industrial) enquanto memória de procedimentos técnico-decorativos desaparecidos e trabalho individual numa organização.

Se é possível reconhecer algum destes valores numa fachada com revestimentos cerâmicos aplicados, é no diálogo entre vários panos individuais que a plástica (estética artístico-arquitetónica) se afirma e reforça.

Nota-se que a maioria das intervenções a que os panos de azulejos estão sujeitos podem ser agrupadas em reparações pontuais, substituições integrais (réplicas) e eliminações (alteração do tipo de revestimento). Estes tipos mais vulgares de intervenção acarretam consequências no desenvolvimento rítmico e cromático do espaço urbano, alterando valores técnico-artistas, sociais e históricos importantes, mesmo que o pano não apresente por si só uma relevância significativa, quando isolado. As ações de conservação e de restauro estão quase sempre reservadas às peças de valor individual, e raramente são aplicadas em edifícios vernaculares. Mas será fulcral para a preservação do património azulejar de fachada a aplicação dos princípios éticos e deontológicos nas intervenções, nomeadamente: a autenticidade histórica, artística e material devem ser objeto de respeito máximo; as intervenções de conservação curativa, de restauro ou de reconstituição deverão ser devidamente justificadas e ter um carácter excecional, asseverando o princípio da intervenção mínima e adequando a respectiva profundidade às patologias, às condições ambientais, às preexistências e a eventuais intervenções futuras; as alterações introduzidas (adições históricas) só deverão ser removidas quando falsifiquem ou coloquem em risco a peça, em termos de integridade ou de leitura; os produtos e os métodos a aplicar não deverão alterar as propriedades físico-químicas dos materiais nem o aspecto do bem; os novos materiais deverão ser visualmente perceptíveis.

3. INTRUSÕES URBANÍSTICAS

A questão da identidade dos utilizadores pelo espaço é relevante, mas para se consumir uma intervenção é necessário haver capital disponível para realizar as obras necessárias. As maiores épocas de intervenção estão associadas a climas de prosperidade económica e social, e esta questão não só é evidente no sentido de manter o edifício, mas principalmente nas obras de “atualização” (alteração) do edifício. Contudo a imagem urbana dos atuais centros históricos foi muito marcada pelo fluxo de prosperidade da segunda metade do século XIX, mas é perceptível verificar um carácter cíclico de uso, desuso e abandono e novos momentos de uso havendo a necessidade de intervenção, algumas delas com níveis de profundidade assinalável.

Um dos últimos momentos em que o património habitacional esteve mais votado à não-inter-

venção, e cujas consequências ainda hoje se detetam, teve como fator principal o congelamento das rendas após a 2ª Guerra Mundial, que se estendeu, grosso modo, até ao forte crescimento do parque imobiliário nacional (finais do século XX) na periferia das áreas consolidadas, o que levou a que se “conservasse” uma imagem relativamente homogénea dos centros urbanos nacionais de épocas anteriores. Se as alterações efetuadas no edifício pela população que o habita, ou o usa, são naturais, houve várias alterações que foram sendo introduzidas que alteraram esta aparência, em resposta às degradações que os materiais foram experimentando, ou como adequação da imagem do imóvel ao gosto da época. Assim, os centros das cidades apresentam intrusões ao nível de “novos” corpos e alterações de carácter mais pontual, quer com a adição de novas áreas (incremento no número de pisos) ou adaptação das existentes, quer na reparação de materiais e componentes do sistema. É possível discriminar as alterações em dois conjuntos distintos, consoante as respetiva profundidade e natureza – intervenções preventivas e corretivas, e intervenções concertadas. O primeiro grupo refere-se a operações de manutenção, principalmente relacionadas com fenómenos patológicos: limpezas, pequenas reparações e substituições de componentes em fim de ciclo; enquanto o segundo relaciona-se com o aumento de exigências funcionais dos elementos presentes, com a implementação de sistemas não previstos, com motivos de reorganização de espaços, motivos de ordem estética, motivos regulamentares e a segurança dos utilizadores. Como se infere pelo tipo de ações, o primeiro grupo envolve essencialmente intervenções ligeiras, geralmente reversíveis, enquanto o segundo abrange intervenções moderadas e profundas, tornando difícil a sua reversibilidade devido aos custos elevados ou à perda irremediável dos elementos. Desta forma é perceptível intrusões arquitetónicas, propriamente ditas, e alterações ao nível dos materiais e sistemas de acabamento exterior, como está patente nas Fig. 1 a 3.



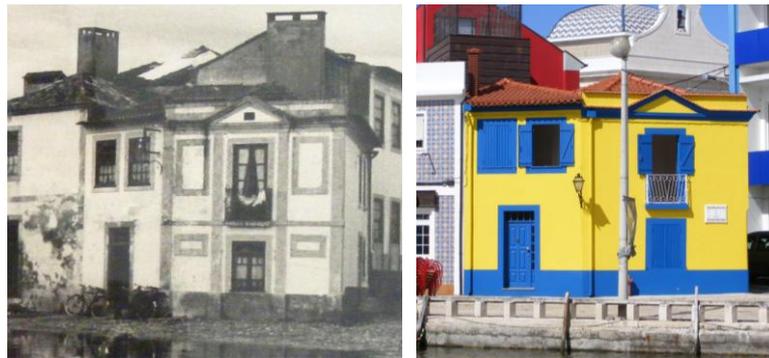
Fig. 1 - Representação do alçado este da Rua Dr. José Falcão (Ovar), com a introdução de um novo edifício (segundo da esquerda) e de alterações, como a substituição de caixilharias (três prédios da direita).



Figs. 2 e 3 - Representação do alçado do Cais do Botirões (Aveiro), hipótese de desenho original e estado atual.

De uma forma mais particular, assinalam-se os pontos mais relevantes nas alterações de fachadas que interferem na integração do edifício no contexto urbano quer ao nível das mudanças de materiais, texturas e cores quer de aplicação de novos elementos: áreas opacas, soco, cunhais e

pilastras, cornija, cimalha e platibanda; varandas e guardas; molduras de vãos; vãos; sistemas de oclusão; ferragens; caixas de serviço e cablagens; cobertura; elementos decorativos; e outros elementos – chaminé, aparelho de climatização e sistema de aproveitamento energético e respetivas condutas, antena e elementos de informação (publicidade). As principais alterações verificadas podem ser agrupadas em remoções e demolições, alterações de materiais e de desenho e inserção de novos elementos. É passível de definir-se a integração em níveis diferenciados, nomeadamente, integrado (original), integrado (antigo), integrado (atual), alterado (antigo), alterado (atual) e desintegrado. Contudo, como elemento de apoio à intervenção é relevante a determinação do estado funcional em categorias como funcional, degradação estética, disfuncional e ruína. Como exemplo ilustrativo da evolução da imagem de edifícios ao longo do tempo, apresenta-se de exemplo localizado em Aveiro (Figs. 4 e 5) e no Porto (Figs. 6 e 7).



Figs. 4 e 5 - Imagens de um edifício localizado no Cais dos Botirões (Aveiro), em 1950 [4] e em 2012.



Figs. 6 e 7 - Alteração de um edifício na Rua do Amial, Porto, vista geral e pormenor – mudança do revestimento azulejar original no edifício da esquerda por sistema com isolamento térmico pelo exterior (ETICS).

Sem entrar numa análise detalhada aos exemplos, denota-se que em ambas as intervenções ocorreu uma alteração significativa dos edifícios sem ter ocorrido a avaliação do impacto.

No caso específico de revestimentos cerâmicos são discerníveis várias ações:

- a) Intervenções ligeiras -
 - i) reversíveis, como o restauro e a colmatação de lacunas com argamassas aéreas;
 - ii) baixa reversibilidade, como o restauro cerâmico.
- b) Intervenções moderadas de baixa reversibilidade - colmatação de lacunas com azulejos diferenciados, réplicas ou azulejos fraturados, e o uso de materiais inapropriados;
- c) Intervenções profundas - remoção de azulejos e a reutilização de peças, colmatação de lacunas com argamassa hidráulica, demolição do revestimento e a aplicação de novo revestimento [5].



Com base nos dados apurados por Ferreira [2], para a cidade do Porto, a um universo de vinte e quatro edifícios, verificou-se que as áreas com anomalias mais severas nos revestimentos – perda de funcionalidade das argamassas de assentamento e lacunas de peças cerâmicas – eram maioritariamente inferiores a 10 % da área azulejada, considerando que as restantes anomalias teriam um menor impacto funcional e visual no conjunto.

4. INSTRUMENTOS E SOLUÇÕES DE MINIMIZAÇÃO

Na ausência de documentos legislativos nacionais sobre diretivas objetivas para as intervenções, nem mesmo para edifícios classificados, os únicos elementos orientadores são os documentos internacionais que servem de baliza deontológica, mas mesmo estes não se encontram legalmente validados. Assim, o ordenamento urbano está sob alçada direta dos municípios que através dos seus instrumentos legislativos vão formatando os limites de intervenção para o ordenamento urbano, com exceção dos conjuntos classificados e respetivas áreas de proteção. A solução vigente permitiu a expansão urbana e a descaracterização de áreas antigas, salvo honrosas exceções, não salvaguardando o património edificado e conduzindo à perda da identidade dos lugares.

É relevante ter critérios de intervenção definidos que visem atuar em diferentes níveis: permanência da autenticidade histórica e da identidade cultural; e, por outro lado, privilegiar técnicas com o menor grau de profundidade possível, desde a conservação, reutilização de azulejos em depósito, restauro, inserção de réplicas, restauro a quente ou regeneração, até ao limite máximo da produção de novos padrões. Destas técnicas a conservação é a não-invasiva, enquanto as restantes deixam marcas indeléveis nos panos intervencionados.

Assim, define-se que a seleção da metodologia de intervenção deve observar vários aspectos, nomeadamente: condicionalismos legais (níveis de proteção, resistência mecânica e estabilidade, segurança contra incêndios, higiene, saúde e ambiente, segurança na utilização e proteção contra o ruído), características da envolvente (urbana, edifício e revestimento), degradações, os propósitos e objetivos do dono de obra (alterações e aumento de expectativas) e outras exigências, como a compatibilidade e aspectos deontológicos.

O principal meio que as autarquias ainda não se socorrem é, nos regulamentos municipais, o estabelecimento de materiais, cores e os desenhos permitidos, e relacionar os níveis de degradação com a profundidade e técnica de intervenção. Para estes mecanismos serem operativos (e objetivos) é essencial assentarem em estudos interdisciplinares de base histórica e arquitetónica. Outra opção é a reinstauração de gabinetes de estética urbana, com poder executivo, solução que vigorou durante anos e que teve resultados mensuráveis em vários municípios, como no Porto, por exemplo.

Se a intervenção em peças de valor patrimonial relevante o processo de intervenção apresenta um conjunto de práticas relativamente balizadas, o mesmo não sucede com a azulejaria de exterior. Nestas últimas, há duas técnicas que não têm sido exploradas com a magnitude desejada: o restauro e a incorporação de novos padrões. No primeiro caso há custos associados elevados que têm dificultado este tipo de intervenção. No segundo caso há possibilidades de minimizar intrusões arquitetónicas por meio de novos padrões pensados e desenhados para minorar de sobremaneira o impacto de uma intrusão numa dada mancha urbana; contudo não será suficiente se estiverem presentes materiais e/ou desenhos contemporâneos, especificamente ao nível das caixilharias, guardas, socos e platibandas, por exemplo.

O trabalho em desenvolvimento aponta soluções, a fim de proporcionar ao decisor (proprietários e arquitetos) uma oportunidade de preservar os originais e, ao mesmo tempo, tornar-se consciente de novos padrões ligados com a tradição cerâmica portuguesa [Figs. 8 e 9]. Também é

possível introduzir estes padrões em construções novas e antigas que não têm este tipo de decoração.



Figs. 8 e 9 - Propostas de solução de para intervenção em edifícios antigos com falhas relevantes no respetivos panos.

5. CONCLUSÕES

É premente a definição de critérios, metodologias e objetivos de intervenção a fim de preservar a autenticidade dos revestimentos cerâmicos e assegurar a manutenção de um dos elementos mais característicos da arquitetura portuguesa do século XIX. As intervenções deverão ser proporcionais aos danos e aí limitar-se porque qualquer intervenção, quando baseada na introdução de novos materiais, elementos ou componentes, provoca uma tensão entre estes e o original, sendo que os valores iniciais tendem a ser descaracterizados. Será relevante que previamente à intervenção decorram estudos que permitam caracterizar a obra e elencar os valores patrimoniais e, no termo da intervenção, os valores inventariados deverão permanecer.

A possibilidade, para além das técnicas correntes, de introduzir novos padrões em edifícios novos e antigos localizados nos centros históricos poderá ser uma solução que poderá permitir a permanência de uma tradição, que não se mostra tão vigorosa como em épocas passadas, e poderá ser uma solução de minimização de intrusões arquitetónicas.

6. AGRADECIMENTOS

Os três primeiros autores participam no projeto “AZULEJAR - Conservation of glazed ceramic tile façades”, projeto suportado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) (PTDC/ECM/101000/2008), e o primeiro autor conta com suporte financeiro da FCT para os seus estudos (SFRH/BPD/63447/2009).

7. BIBLIOGRAFIA

- [1] IIº CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITECTOS E TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS. *Carta de Veneza*. Venezia: [s.n.], 1964.
- [2] FERREIRA, Luís Mariz. *Arquitecturas de cerâmica vidriada en la ciudad de Oporto (1850-1920). Caracterización e intervención*. [Tese doutoral]. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2009.



[3] NAVRUD, Stale; READY, Richard C. Valuing cultural heritage. Applying environmental valuation techniques to historic buildings, monuments and artifacts. Northampton: Edward Elgar Publishing, 2002.

[4] © Banco Fotográfico da Câmara Municipal de Aveiro.

[5] FERREIRA, Luís Mariz; Teixeira, Joaquim. “O valor patrimonial das alterações introduzidas no edificado habitacional da cidade histórica”. *Simpósio "Património em Construção"*. Lisboa: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2011.